



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

Concurso Público para Provimento de Cargos
Técnico-Administrativos do Quadro Permanente
de Pessoal do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do RN.

TAE CONCURSO PÚBLICO

TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO



EDITAL Nº 7/2023 - RE/IFRN

Caderno de Provas

TAE – CARGO 13
NS

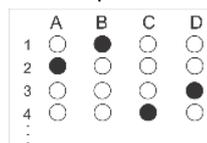
MÉDICO - ÁREA CLÍNICA

Edital Nº. 007/2023 – RE/IFRN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Legislação e 20 (vinte) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

| <i>Disciplina</i> | <i>Número de questões</i> | <i>Pontos</i> |
|---------------------------|---------------------------|-------------------|
| Língua Portuguesa | 10 questões | 20 pontos |
| Legislação | 10 questões | 20 pontos |
| Conhecimentos específicos | 20 questões | 60 pontos |
| PONTUAÇÃO TOTAL | | 100 pontos |

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL ESTÁ MUDANDO O MUNDO, MAS PRECISAMOS PROTEGÊ-LO

Dora Kaufman

No início de 2023, Geoffrey Hinton, considerado o “padrinho da IA” e vencedor do Prêmio Turing (Nobel da tecnologia), declarou à revista *Technology review*: “De repente, mudei minha opinião sobre se essas coisas (máquinas movidas por inteligência artificial) serão mais inteligentes do que nós. Acho que elas estão muito próximas disso agora e serão muito mais inteligentes do que nós no futuro.” A cientista da computação Melanie Mitchell reconhece, na revista *Science*, que é uma afirmação extraordinária, mas que exige evidências igualmente extraordinárias. “Nós, humanos, somos propensos ao antropomorfismo, projetando inteligência e compreensão em sistemas que fornecem até mesmo um indício de competência linguística”, pondera. Mitchell refuta cada um dos testes realizados para comprovar a semelhança entre as capacidades cognitivas da IA generativa e as dos seres humanos, concluindo que, a partir das evidências fornecidas, não é possível afirmar que os sistemas de IA em breve igualarão ou excederão a inteligência humana.

Para o Prêmio Nobel Judea Pearl, autor de *The book of why: the new science of cause and effect* (Basic Books, 2018), estamos longe de produzir máquinas com inteligência semelhante à humana. A diferença profunda é a ausência de um modelo mental da realidade onde a imaginação acontece. Para ir mais longe, pondera Pearl, precisamos desenvolver um modelo causal, e não apenas modelos de correlação como as técnicas atuais de IA. “Se quisermos que os robôs respondam ‘por quê?’ ou mesmo que entendam o significado, devemos equipá-los com um modelo causal e ensiná-los a responder a perguntas contrafactuais”, argumenta Pearl, lembrando que as intuições humanas são organizadas em torno de relações causais, não estatísticas.

Abstraindo as controvérsias sobre o futuro da inteligência artificial, o que temos hoje é um sistema estatístico de probabilidade, fundamentalmente modelos baseados na técnica de redes neurais profundas (*deep learning*), com inúmeras limitações a começar pela variável de incerteza intrínseca aos sistemas estatísticos; soluções como o ChatGPT preveem o próximo *token* em uma sequência com base em uma lógica de probabilidade. A subjetividade humana permeia toda a cadeia de desenvolvimento da IA. São os humanos que tomam as decisões ao longo do processo, bem como são os humanos que interpretam os resultados e decidem como utilizá-los.

Ainda que limitada, a IA tem demonstrado um potencial revolucionário em diversas áreas, como saúde, transporte, educação, segurança e na otimização de processos operacionais. No entanto, seu uso também traz desafios e preocupações, como viés algorítmico discriminatório, privacidade, responsabilidade civil e impacto no mercado de trabalho. Regulamentar adequadamente a IA torna-se crucial para garantir sua aplicação ética, segura e responsável, especialmente porque as legislações existentes não abrangem a totalidade dos riscos associados a esses sistemas. Embora a regulamentação da IA seja essencial, trata-se de um desafio complexo; não por acaso ainda não temos, no mundo ocidental, um marco regulatório, o processo mais avançado é o europeu – “AI Act”, em debate público desde abril de 2021, 3.000 emendas em novembro de 2022, segunda versão votada no Parlamento Europeu em 14 de julho de 2023 –, com fortes críticas tanto do mercado quanto da academia.

Regulamentar a IA não é como regular um produto ou um serviço, não é trivial pré-identificar e isolar nos sistemas os riscos e suas consequências. A eficácia da lei na efetiva proteção da sociedade depende da convergência de diretrizes compartilhadas globalmente, autorregulação e arcabouço regulatório. Regulamentação é um projeto coletivo, que inclui legisladores, partes interessadas, setor privado, academia e sociedade civil. A lacuna de conhecimento sobre IA dos reguladores é uma grande barreira na regulamentação (e posterior fiscalização/*enforcement*); entender como funcionam as cadeias de suprimento dos sistemas de IA, e como atribuir responsabilidades distintas demanda tempo e capacitação. Entre os especialistas, forma-se um consenso de que a efetividade de qualquer regulamentação da IA depende de estabelecer padrões (tipo ISO).

Reconhecendo o tamanho do desafio, as organizações multilaterais estão convocando os especialistas. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, por exemplo, formou o grupo OECD.AI, coordenado pelo britânico Stuart Russell, com o propósito de equipar os governos com o conhecimento e instrumentos necessários para desenvolver políticas voltadas para o futuro da IA. A ONU está capitaneando diversas iniciativas gerais e setoriais, como a reunião promovida pela Unesco com 40 ministros da educação para avaliar as oportunidades, desafios e riscos no curto e longo prazo das tecnologias de IA. Pesquisa global da Unesco, em mais de 450 escolas e universidades, revelou que apenas 10% desenvolveram políticas institucionais e/ou orientações formais sobre o uso de sistemas de IA generativa.

Com base nesse cenário, o órgão está elaborando um conjunto de diretrizes políticas, bem como estruturas de competências de IA para alunos e professores, a ser lançado na “Digital Learning Week”, no segundo semestre de 2023 em sua sede em Paris.

Os governos nacionais igualmente estão se movimentando. Na Europa e nos EUA, os órgãos executivos estão formando equipes de formuladores de política com os parlamentares, agregando acadêmicos e especialistas de mercado. A administração Biden-Harris anunciou um grupo de trabalho do Instituto Nacional de Padrões e Tecnologias (AI@NIST) com voluntários, especialistas dos setores público e privado.

No Brasil, o projeto de lei para criação do Marco Regulatório da Inteligência Artificial, Projeto de Lei 2338, em tramitação no Senado, é um bom ponto de partida, mas requer aperfeiçoamentos, no geral, para: (a) reduzir os custos de conformidade que afetam negativamente a inovação e positivamente a concentração de mercado (empresas médias, pequenas e startups não terão capacidade de atender às exigências legais); e (b) especificar os direitos do usuário afetado, evitando uma enxurrada de ações judiciais. É imprescindível padronizar os critérios de avaliação para classificar o risco, o teor dos documentos de avaliação e os parâmetros a serem utilizados pela autoridade competente para reclassificar e avaliar o impacto algorítmico. A categorização de risco é inadequada para regulamentar os grandes modelos de linguagem (LLMs) ou modelos de fundação, que têm aplicações versáteis e imprevisíveis e trazem preocupações sobre proteção de dados e direito autoral.

Para ter algum protagonismo nesse novo ambiente, o Brasil precisa de investimentos em infraestrutura, plataforma de código aberto e banco de dados robusto em português. A hegemonia da língua inglesa não só compromete a eficiência e confiabilidade para usuários não falantes de inglês, mas também tende a gerar hegemonia da cultura americana (monocultura). A questão ambiental, tema fora da pauta dos reguladores de IA, é estratégica na relação do Brasil com o resto do mundo, e o caminho de avanço da IA com sistemas cada vez mais ricos em dados tem uma pegada de carbono significativa em função do consumo de energia dos data centers para rodar sistemas robustos e de emissões associadas à produção de equipamentos e dispositivos. A regulamentação da IA deve incluir obrigações para reduzir o impacto de carbono (otimização dos processos de treinamento e implantação e uso de fontes de energia renováveis). Regular a IA é urgente, mas sem açodamento. O processo é tão importante quanto o resultado final.

Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/>. Acesso em: 17 out. 2023. (texto adaptado)

01. O texto se desenvolve em torno da

- A) explicação de um fato em torno do qual já existe uma visão consensual arraigada.
- B) defesa de um posicionamento a partir de visões conflitantes sobre o mesmo tema.
- C) defesa de um posicionamento ratificador das visões já existentes sobre o mesmo tema.
- D) explicação de um fato em que há uma convergência entre a ciência e o senso comum.

02. Sobre o papel da inteligência artificial nas transformações pelas quais o mundo está passando, o texto, em sua totalidade, apresenta uma visão

- A) idealizada.
- B) pessimista.
- C) conformista.
- D) ponderada.

03. No primeiro parágrafo, há, além da voz da autora,

- A) três outras vozes, entre as quais há concordância.
- B) duas outras vozes, entre as quais há discordâncias.
- C) três outras vozes cujas visões estão em total divergência.
- D) duas outras vozes cujas visões estão em total convergência.

04. Ao se referir à Inteligência Artificial, no primeiro período do quarto parágrafo, a autora expressa um raciocínio
- A) causal.
 - B) concessivo.
 - C) explicativo.
 - D) condicional.
05. Ao iniciar o segundo período do quarto parágrafo, a autora sinaliza que fará, em relação ao que foi afirmado no período anterior, uma
- A) justificativa.
 - B) conclusão.
 - C) retificação.
 - D) contraposição.

06. Considere o trecho a seguir.

É imprescindível padronizar os critérios de avaliação para classificar o risco, o teor dos documentos de avaliação e os parâmetros a serem utilizados pela autoridade competente para reclassificar e avaliar o impacto algorítmico.

Sobre a construção desse trecho, é correto afirmar que a autora recorre a uma estrutura

- A) de oração substantiva, como uma forma de modalizar o discurso.
 - B) de oração substantiva, como forma de imprimir veracidade ao discurso.
 - C) de oração adjetiva, como forma de imprimir verossimilhança ao que foi afirmado.
 - D) de oração adjetiva, como forma de revelar uma atitude em relação ao que foi afirmado.
07. Leia o período abaixo.

“Nós, humanos, somos propensos ao antropomorfismo, projetando inteligência e compreensão em sistemas que fornecem até mesmo um indício de competência linguística”, pondera.

Nesse trecho, citado pela autora, em que a cientista da computação Melanie Mitchell justifica a ideia de que somos propensos ao antropomorfismo, a expressão **até mesmo**, usada pela cientista, assinala que

- A) o indício de competência linguística é incluído como o argumento mais fraco na escala de características que levam os seres humanos a antropomorfizarem sistemas computacionais.
- B) se deve excluir o indício de competência linguística como argumento para justificar a tendência de os seres humanos antropomorfizarem sistemas computacionais.
- C) se deve contrapor o indício de competência linguística a outros argumentos utilizados para justificar a tendência de os seres humanos antropomorfizarem sistemas computacionais.
- D) o indício de competência linguística é incluído como o argumento mais forte na escala de características que levam os seres humanos a antropomorfizarem sistemas computacionais.

As questões 8 e 9 referem-se ao trecho reproduzido abaixo.

“Se quisermos que **os robôs** respondam ‘por quê?’ ou mesmo que entendam o significado, devemos equipá-los com um modelo causal e ensiná-los a responder a perguntas contrafactuais” [...].

- 08.** Para evitar a repetição redundante da expressão “os robôs”, nesse trecho, utilizou-se o recurso coesivo
- A) da omissão do elemento linguístico e do pronome oblíquo, com função de objeto direto, uma vez que, nesse contexto linguístico, o padrão escrito formal da língua portuguesa não orienta o uso de pronome do caso reto.
 - B) da omissão do elemento linguístico e do pronome oblíquo, com função de objeto indireto, uma vez que, nesse contexto linguístico, o padrão escrito formal da língua portuguesa não orienta o uso de pronome do caso reto.
 - C) do pronome relativo e do pronome oblíquo, com função de objeto direto, uma vez que, nesse contexto linguístico, o padrão escrito formal da língua portuguesa não orienta o uso de pronome do caso reto.
 - D) do pronome relativo e do pronome oblíquo, com função de objeto indireto, uma vez que, nesse contexto linguístico, o padrão escrito formal da língua portuguesa não orienta o uso de pronome do caso reto.

09. O não uso do acento grave, nas duas ocorrências da palavra “a”, deve-se,

- A) na primeira ocorrência, ao gênero da palavra imediatamente posposta ao “a”; na segunda, ao uso de um substantivo feminino, imediatamente posposto ao “a”.
- B) na primeira ocorrência, à classe gramatical da palavra imediatamente posposta ao “a”; na segunda, ao uso de um substantivo no sentido generalizador, imediatamente posposto ao “a”.
- C) na primeira ocorrência, à regência obrigatória da palavra imediatamente posposta ao “a”; na segunda, ao uso de um substantivo no sentido generalizador, imediatamente posposto ao “a”.
- D) na primeira ocorrência, à regência obrigatória do verbo imediatamente anteposto ao “a”; na segunda, ao uso de um substantivo no sentido feminino, imediatamente posposto ao “a”.

10. Considere o período reproduzido abaixo.

Regular a IA é urgente, mas sem açodamento.

A palavra “açodamento” mantém relação de

- A) antonímia com a palavra “ansiedade”.
- B) sinonímia com a palavra “pressa”.
- C) sinonímia com a palavra “lentidão”.
- D) antonímia com a palavra “sofreguidão”.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LEGISLAÇÃO

11. O Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei n.º 8.112/1990) dispõe a respeito do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Entre outras matérias, o Estatuto versa sobre o Plano de Seguridade Social do servidor federal, compreendendo uma série de benefícios para o servidor e sua família. Consoante às regras previstas na lei em destaque, à família do servidor ativo que for afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, é devido, enquanto perdurar a prisão, auxílio-reclusão no valor de:
- A) Um terço da remuneração.
 - B) Metade da remuneração.
 - C) Dois terços da remuneração.
 - D) Três quartos da remuneração.
12. Ainda nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei n.º 8.112/1990), considera-se noturno, para fins de percepção do Adicional Noturno, o serviço prestado pelo servidor em horário compreendido entre
- A) 21 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte.
 - B) 21 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte.
 - C) 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte.
 - D) 22 horas de um dia e 6 horas do dia seguinte.
13. A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trazendo preceitos que reforçam o dever da família e do Estado na concretização desse direito social. Conforme as disposições contidas na lei em destaque, constitui dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos:
- A) 3 anos de idade.
 - B) 4 anos de idade.
 - C) 5 anos de idade.
 - D) 2 anos de idade.
14. Nos termos da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, também denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar, entre outros princípios, o da transparência, definido como uma garantia, aos titulares, de
- A) exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
 - B) informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.
 - C) realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
 - D) consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.

CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO - TAE
EDITAL Nº. 007/2023 – RE/IFRN

15. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996), compreendem as instituições de:
- A) Ensino fundamental mantidas pelo Poder Público municipal.
 - B) Educação superior mantidas pelo Poder Público municipal.
 - C) Educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.
 - D) Educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada.
16. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei n.º 11.892/2008, têm como órgão executivo a reitoria, composta por 1 Reitor e 5 Pró-Reitores. De acordo com as disposições do citado diploma legal, os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de
- A) 4 anos, vedada a recondução.
 - B) 2 anos, vedada a recondução.
 - C) 2 anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal.
 - D) 4 anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal.
17. As normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas estão previstas na Lei n.º 8.027, de 12 de abril de 1990. Nos termos da normativa em destaque, constitui falta administrativa, punível com a pena de demissão, a bem do serviço público,
- A) Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas.
 - B) Opor resistência ao andamento de documento, processo ou à execução de serviço.
 - C) Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
 - D) Manter sob a sua chefia imediata cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
18. A Lei Federal n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, é o diploma que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Consoante às disposições da referida lei, ressalvados os casos de comprovada má-fé, o direito da Administração Pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em
- A) 3 anos, contados da data em que foram praticados.
 - B) 5 anos, contados da data em que foram praticados.
 - C) 3 anos, contados da data em que se tornaram conhecidos pela autoridade competente.
 - D) 5 anos, contados da data em que se tornaram conhecidos pela autoridade competente.
19. Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996), considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a (à)
- A) Obras de infraestrutura realizadas para beneficiar a rede escolar.
 - B) Concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas.
 - C) Subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.
 - D) Formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomático.

- 20.** De acordo com o disposto no art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º dessa Lei e, notadamente, a ação de
- A) deixar de prestar contas quando estiver obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
 - B) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
 - C) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
 - D) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – MÉDICO - ÁREA CLÍNICA

21. Um professor de História, 66 anos, tabagista atual, com consumo de 60 maços de cigarro por ano, vem à consulta para fazer um “*check-up*”. Ele sempre fez caminhadas, mas, há meses, sente “cansaço leve” para subir 500m de ladeira íngreme. Nega tosse ou expectoração. Nunca procurou médico para investigar esse problema. Solicitada espirometria., o exame evidenciou: VEF1/CVF pré-broncodilatador 0,75; pós-broncodilatador 0,80 e VEF1 de 85% do previsto. Diante desses dados, é correto afirmar que
- A) os resultados espirométricos confirmam o diagnóstico de DPOC.
 - B) a resposta à prova broncodilatadora sinaliza o diagnóstico de asma.
 - C) deve ser feito rastreio de câncer de próstata com PSA e toque retal.
 - D) o médico deve solicitar TC de tórax (baixa dose) e USG de abdome.
22. Um estudante, 18 anos, vem ao consultório do IFRN para avaliação médica pré-treino. Ele nunca realizou exercício físico previamente, mas deseja começar a nadar para participar de competições. Assintomático, o estudante relata ser portador de “sopro” desde a infância, mas não conhece mais detalhes sobre isso. Informou o seguinte histórico familiar: “problema do coração” em pai e avô paterno – razão pela qual o professor de natação solicitou a avaliação médica. No exame físico, apresentou sinais vitais normais e ausculta cardíaca e pulmonar inocentes. Foi Realizado um eletrocardiograma cujo resultado está reproduzido abaixo.

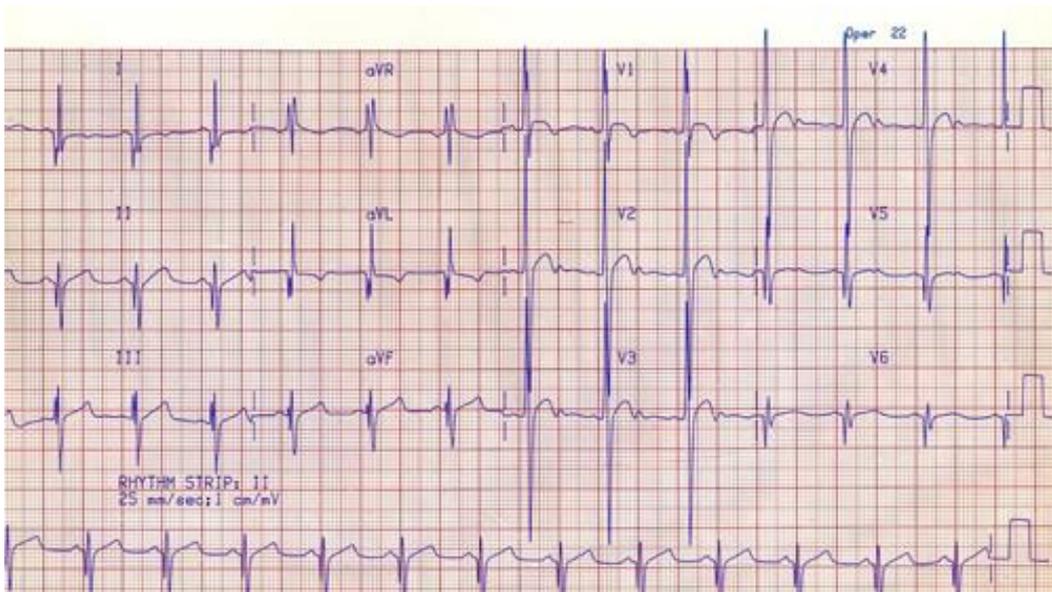


Figura 01

Fonte: http://educacao.cardiol.br/2014/ecg/exibir_anterior.asp?cod=196

Com base nessas informações, é correto afirmar que a liberação do exercício físico do estudante ficará condicionada à realização de

- A) ecocardiograma, pois há suspeita de cardiopatia estrutural genética.
- B) Holter-24h, pois deve se tratar de canalopatia arritmogênica adquirida.
- C) questionário de aptidão para atividade física (PAR-Q), na anamnese.
- D) teste ergométrico, tendo em vista o histórico familiar de coronariopatias.

As questões 23 e 24 referem-se ao caso clínico descrito a seguir.

Um estudante de 17 anos procura o ambulatório do IFRN com febre, *rash* e linfadenopatia generalizada. Está preocupado porque, há duas semanas, teve relações sexuais não protegidas com um parceiro que descobriu ser portador de HIV. O médico sugeriu a realização do teste rápido para HIV.

- 23.** A realização do teste rápido para HIV, nesse caso, está obrigatoriamente condicionada
- A) à assinatura de termo de consentimento.
 - B) à presença de pai ou responsável legal.
 - C) ao esclarecimento e à vontade do paciente.
 - D) ao grau de suspeição clínica de retrovírose.
- 24.** Em sendo realizado dois testes rápidos para HIV com resultado positivo, o próximo passo é:
- A) Comunicar ao doente o resultado positivo e considerar início de terapia antirretroviral.
 - B) Comunicar ao doente o resultado indeterminado e solicitar ELISA anti-HIV 3ª geração.
 - C) Comunicar ao doente o resultado positivo e solicitar Western blotting.
 - D) Comunicar ao doente o resultado indeterminado e solicitar Imunofluorescência.

As questões 25 e 26 referem-se ao caso clínico descrito a seguir.

Considere dois pacientes com queixa de “empachamento” e virgens de tratamento:

- **Paciente 1:** Júlio, 52 anos, está há 4 meses com dor epigástrica em queimação (dói no jejum e melhora com a alimentação, voltando a piorar depois), além de sensação de que a comida permanece no estômago após longas refeições. Ele nega outros sintomas digestivos.
- **Paciente 2:** Sônia, 35 anos, obesa e tabagista, com queimação epigástrica e retroesternal há 1 ano e regurgitação, além de empachamento pós-prandial e intolerância aos alimentos gordurosos. Ela tem dificuldade de dormir por causa da “azia”.

- 25.** Com relação a diagnósticos e investigação para Júlio e Sônia, é correto afirmar que ambos
- A) devem realizar endoscopia digestiva alta.
 - B) possuem síndrome dispéptica tipo refluxo.
 - C) podem ter etiologias não-pépticas para o quadro.
 - D) têm risco muito similar para infecção por *H pylori*.
- 26.** É tratamento apropriado,
- A) para Júlio, esomeprazol 30mg, 1x/dia (em jejum), por 4 semanas.
 - B) para Sônia, omeprazol 20mg, 1x/dia (em jejum), por 6 semanas.
 - C) para Júlio, domperidona 10mg, 3x/dia (antes das refeições), por 6 semanas.
 - D) para Sônia, lansoprazol 40mg, 2x/dia (em jejum e à noite), por 4 semanas.

As questões 27, 28 e 29 referem-se ao caso clínico descrito a seguir.

Lourdes, uma auxiliar de limpeza muito querida no IFRN, vem faltando nas últimas semanas. Era previamente hígida; porém, há 5 meses, tem se queixado de edema generalizado e facial (bipalpebral), além de redução da diurese. Apresenta exame físico inocente, exceto pela presença de anasarca e hipertensão arterial (150x90mmHg), além de IMC = 27kg/m². Ela trouxe os seguintes dados de exames complementares / consulta com o oftalmologista:

- hemograma, ionograma, enzimas hepáticas, função hepática e tireoidiana sem alterações;
- hemoglobina glicada 7,5%; glicemia de jejum 159mg/dL;
- lipidograma:
 - colesterol total 200mg/dL
 - HDL-c 30mg/dL
 - LDL-c (*fórmula de Friedewald*) 82mg/dL
 - triglicerídeos 440mg/dL
- função renal: creatinina 3,5mg/dL (último exame há cinco meses: creatinina 1,0mg/dL)
- sumário de urina: pH 6,0 densidade 1,015 proteinúria ++++/4 hematúria ++/4 com cilindros hemáticos
- laudo do Oftalmologista: fundoscopia normal, avaliação oftalmológica sem alterações.

27. O médico mostra os resultados dos exames a Lourdes e recomenda internação hospitalar, com a justificativa de que

- A) hipertensão e cilindros hemáticos sinalizam a nefrose por doença de lesões mínimas.
- B) a insulinização plena poderá reverter os achados de glomerulopatia diabética, nesse caso.
- C) esses níveis de hipertrigliceridemia trazem risco iminente de pancreatite para a paciente.
- D) será necessária a realização de exames de autoimunidade e, possivelmente, biópsia renal.

28. Considerando-se o quadro da paciente, é mais prudente a prescrição de

- A) albumina.
- B) anlodipino.
- C) restrição proteica.
- D) restrição salina.

29. Com relação à avaliação laboratorial de lípidos,

- A) a fórmula de Friedewald não deveria ter sido aplicada.
- B) é imperativa e urgente a prescrição de estatina e fibrato.
- C) é necessária a prescrição de fibrato, mas não de estatina.
- D) está incorreto o cálculo matemático do LDL pela fórmula.

30. Uma mulher de 34 anos com hipotireoidismo de Hashimoto e vitiligo está em investigação devido a hemograma com Hb = 9,0g/dL e macrocitose (VCM=125fL). O diagnóstico mais provável é de anemia

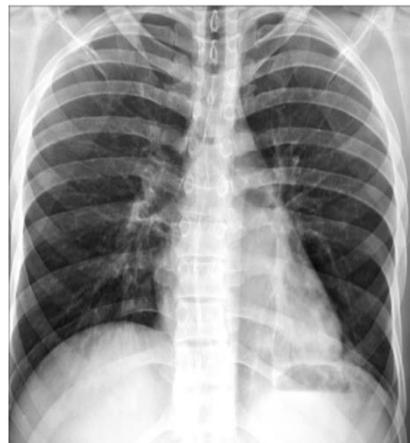
- A) ferropriva.
- B) hiperproliferativa.
- C) perniciosa.
- D) sideroblástica.

31. Eliana, 62 anos, coordenadora do curso de Geografia, procura o ambulatório com artralguas difusas, diárias, desde que parou de menstruar, há cinco anos, além de dispneia progressiva aos esforços, há quatro meses. Tem cirrose há 2 anos, controlada com espironolactona. Nega uso de álcool. Foi à reumatologista, que está investigando fibromialgia. Os resultados do exame clínico indicam PA 140x90 mmHg, IMC 26 kg/m², ausculta cardíaca com B3 e ausculta pulmonar com estertores finos bibasais. **Abdome:** fígado não palpável, sem ascite. **Em exames complementares** apresentou AST 22 UI/L, ALT 123 UI/L, fosfatase alcalina e gama-GT normais, bilirrubinas normais, albumina normal, sorologias para hepatite B e C negativas. A **USG de abdome total** indicou esteatose hepática, sem outras alterações. O exame com melhor desempenho para esclarecer o diagnóstico, nesse caso, é
- A) anti-transglutaminase.
 B) ceruloplasmina.
 C) perfil de ferro.
 D) zinco sérico.

As questões 32, 33 e 34 referem-se ao caso clínico descrito a seguir.

Homem, 42 anos, previamente hígido, há quatro dias com dorsalgia, febre alta (39° - 40°C), tosse e dispneia de piora progressiva. **O exame físico apresentou as seguintes informações:** regular estado geral, corado, hidratado e com boa perfusão periférica. Temperatura axilar = 39°C, PA = 80 / 40 mmHg; FC = 120 bpm; FR= 30ipm; SO₂ = 90% em ar ambiente; Glicemia capilar = 118mg/dL. Em relação aos **pulmões**, murmúrios presentes, ausculta reduzida em base direita. Sem outras alterações ao exame físico. **Teste rápido-HIV:** não reagente. Foram realizados exames laboratoriais e radiografia de tórax PA/Perfil, evidenciados abaixo.

| | |
|---|-----------------------------|
| Creatinina = 3,4 mg/dL | pH = 7,28 |
| Hb = 14 g/L | PaO ₂ = 110 mmHg |
| Leucócitos = 9000 cel / mm ³ | PaCO ₂ = 28 mmHg |
| Plaquetas = 90000 | HCO ₃ = 8 mEq/L |

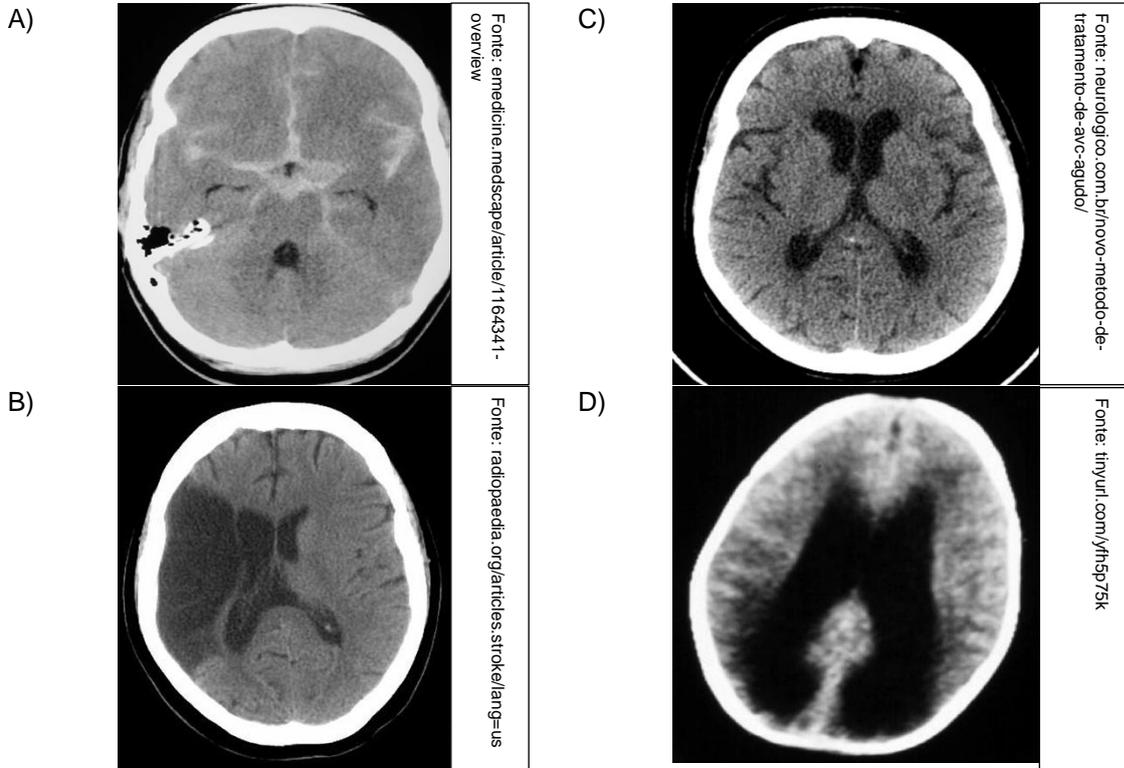


Fonte: https://www.medicinanet.com.br/m/conteudos/casos/2358/tosse_e_febre_ha_3_dias.htm

32. Pode-se inferir, pelo quadro clínico-radiológico, que o diagnóstico é de pneumonia
- A) viral.
 B) bacteriana.
 C) com embolia pulmonar.
 D) por *Pneumocystis*.

33. A ressuscitação volêmica deve ser iniciada por meio de
- A) Dobutamina.
 - B) Noradrenalina.
 - C) Soro fisiológico.
 - D) Vasopressina.
34. O esquema antimicrobiano a ser iniciado para o paciente, que não possui alergias, nesse momento, é
- A) Inibidor de neuraminidase viral
 - B) Cefalosporina de 3ª geração e macrolídeo
 - C) Carbapenêmico com ação anti-pseudomonas
 - D) Betalactâmico do tipo glicopeptídeo
35. Documentos como notificações, pareceres, relatórios e atestados fazem parte do cotidiano médico. Com relação aos documentos médico-legais, é correto afirmar:
- A) Existem duas formas de atestado médico falso: o atestado gracioso e o atestado imprudente.
 - B) É obrigatório constar o carimbo do médico no atestado, contendo nome e CRM do profissional.
 - C) O parecer médico representa opinião técnica de perito e não pode ser elaborado por médico assistente.
 - D) É crime a não realização de notificação compulsória de doença pelo médico, ficando o profissional sujeito à detenção e multa.
36. Em um jovem de 19 anos, com quadro de hipotensão, broncoespasmo e urticária após picada de abelha, faz parte do tratamento **inicial** na sala de Emergência:
- A) Administração de epinefrina por acesso venoso central.
 - B) Manter paciente deitado com pernas elevadas.
 - C) Expansão volêmica vigorosa com coloides.
 - D) Ventilação não-invasiva com CPAP precocemente.
37. Um médico realiza visita domiciliar e conhece Tereza, 101 anos, com demência de Alzheimer na fase grave. A paciente encontra-se acamada, com osteoporose, doença do refluxo gastroesofágico e diabetes melito tipo 2. Faz uso de alendronato, carbonato de cálcio, vitamina D, sinvastatina e pantoprazol. Após exame clínico, o médico registra, no prontuário, a suspeita clínica de Síndrome da Fragilidade, pois a paciente apresenta
- A) osteoporose.
 - B) Multimorbidade.
 - C) sarcopenia significativa.
 - D) uso de polifarmácia.

38. Um médico está atendendo Laura, estudante que retorna às aulas após internação recente em UTI por acidente vascular cerebral (AVC). No relatório de alta, consta que ela apresentou AVC tipo Hemorragia Subaracnoide Aneurismática, e há uma cópia da tomografia computadorizada de crânio, sem contraste, realizada pela paciente na admissão. A imagem que melhor corresponde ao achado do exame de imagem de Laura é:



As questões 39 e 40 referem-se ao caso clínico descrito a seguir.

Tânia, 35 anos, gestante, com idade gestacional de 37 semanas e fundo uterino = 36cm, é admitida na emergência após quadro súbito de dor torácica ventilatório-dependente e dispnéia importante, associado à hipotensão rapidamente progressiva. Obtido acesso venoso, a paciente foi intubada e foi realizado ultrassom point-of-care à beira-leito, que evidenciou disfunção aguda do ventrículo direito. Meia hora após chegada ao pronto-socorro, a paciente apresentou parada cardíaca, com o ritmo de parada demonstrado no monitor abaixo.



39. O ritmo cardíaco associado à parada cardiorrespiratória é

- A) assistolia.
- B) atividade elétrica sem pulso.
- C) fibrilação ventricular.
- D) taquicardia ventricular.

40. Mantido esse ritmo durante a reanimação cardiopulmonar de Tânia, é apropriado:

- A) acoplar capnógrafo ao tubo orotraqueal para monitorizar CO₂ inspiratório.
- B) considerar infusão endovenosa de trombolítico (alteplase).
- C) realizar desfibrilação elétrica com carga máxima do aparelho.
- D) realizar, após o quinto minuto de parada, *cesárea perimortem*.